

Das Reformas Otomanas à Modernização Republicana: cultura e modernidade na Turquia

Leonardo Dutra Rosa¹

Resumo: O presente artigo pretende analisar o processo de modernização turco, iniciado pelos governantes otomanos nos séculos XVIII e XIX, até seus desdobramentos nas reformas republicanas lideradas por Mustafa Kemal, no século XX, verificando alguns dos impasses surgidos durante sua implantação e a tentativa de construção de uma cultura turca moderna, em oposição à antiga tradição otomana.

Palavras chave: Turquia; Islã; Modernidade; Ocidentalização.

Abstract: This text intends to examine the Turkish Modernization efforts, initiated in the XVIIIth and XIXth centuries until their unfoldings in the republican reforms headed by Mustafa Kemal, in the XXth century, stressing some of the predicaments during their establishment and also the attempt of creation of a Turkish modern culture, opposed to the Ottoman tradition.

Key words: Turkey; Islam; Modernity; Westernization.

Deslocamento da modernidade para o Ocidente

A partir dos séculos XV e XVI, no contexto da expansão marítima européia, do Renascimento e do Humanismo, houve uma significativa mudança nas relações culturais entre o Oriente Médio muçulmano e a Europa Ocidental cristã. O Islã, que durante séculos fora a vanguarda da cultura, uma civilização diversificada e tolerante, foi superado pela Europa Ocidental como pólo dinâmico no mundo. Entretanto,

¹Graduado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é mestrando em História Social na Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Contemporânea, Oriente Médio e Relações Internacionais. leonardo.dutra@gmail.com

acostumados e excessivamente confiantes em sua “superioridade” cultural, os muçulmanos não perceberam de imediato as conseqüências do desenvolvimento europeu, e continuaram a ignorar desdenhosamente os infiéis, sua cultura e suas descobertas.

Apenas com o tempo, com a estagnação otomana e os primeiros reveses militares foi que os muçulmanos passaram a interessar-se pelo que acontecia na *casa da guerra*¹. Desse interesse surgiram as primeiras tentativas de cópia e adaptação das invenções européias, sempre contra uma resistência conservadora significativa. No presente texto procuro discutir o projeto de modernização cultural levado a efeito na Turquia, de suas origens otomanas nos séculos XVIII e XIX, às reformas lideradas por Mustafa Kemal Atatürk no século XX.

Iniciativas modernizadoras dos séculos XVIII e XIX

As sucessivas derrotas dos exércitos otomanos diante dos europeus, especialmente dos austríacos, e as conseqüentes perdas de território em fins do século XVII e princípios do XVIII demonstraram a inferioridade militar do Império Otomano frente aos infiéis. Paralelamente, o avanço dos rivais russos após o programa de modernização de Pedro, o Grande, em princípios do século XVIII, demonstrava o potencial de tais transformações e serviam de estímulo para iniciativas semelhantes, as quais “habilitariam o Império a superar de sua fraqueza e tornar-se novamente o terror de seus inimigos”².

Nesse contexto, os otomanos passaram a buscar o segredo do sucesso europeu, o fator que permitiria a superação das diferenças que se manifestavam e o retorno das glórias dos muçulmanos.

¹Os muçulmanos tradicionalmente consideram que as terras islamizadas são dar ul-Islam (a casa do Islã), em oposição a dar ul-harb (a casa da guerra).

²LEWIS, Bernard. *The Emergence of Modern Turkey*. 3rd ed. New York: Oxford University Press, 2002, p.45.

Assim, considerando que a superioridade ocidental se manifestara nos campos de batalha, foi esse o primeiro aspecto focado pelos sultões em seu

programa reformista por meio da modernização dos armamentos e do treinamento militar, com a vinda de instrutores europeus.

Inicialmente tais especialistas eram aventureiros ou renegados do ocidente; posteriormente, em um sinal do incremento das relações diplomáticas entre otomanos e europeus, passaram a ser enviados como parte de acordos de cooperação. Tratou-se de um momento de ruptura com a tradição, afinal, “para os muçulmanos, primeiro na Turquia e mais tarde em todos os lugares, isso trouxe uma novidade chocante – que era possível aprender com o infiel anteriormente desprezado”³.

Ainda no século XVIII o avanço dos europeus em terras muçulmanas havia chegado ao Egito, um dos territórios tradicionais da *casa do islã*, com a invasão e ocupação por tropas francesas comandadas por Napoleão Bonaparte. Preocupado com os efeitos das idéias da Revolução Francesa sobre seus súditos, o sultão Selim III distribuiu uma proclamação nas terras otomanas alertando que os franceses eram “infiéis rebelados e malfeitores dissidentes [...] que abandonaram toda a religião e negaram o além-mundo e seus castigos”⁴. Ou seja, tratava-se de um novo tipo de ameaça vindo da Europa, perigoso por seus aspectos contrários à religião e ao absolutismo.

Também no Egito uma outra ameaça foi identificada. Tratava-se de Mehmet (Muhammad) Ali Pasha, o general enviado pelo sultão para combater os franceses que aproveitou o vazio de poder para dominar o Egito. Mehmet Ali empreendeu um programa de reforma militar e administrativa e tomou medidas para o desenvolvimento industrial e agrícola egípcio, vindo a desafiar o poder do sultão e a integridade do império otomano. Finalmente, a modernização egípcia foi um estímulo para a modernização do império otomano como um todo, afinal os sultões se viram compelidos à mudança para

³Idem. What went wrong?: The Clash Between Islam and Modernity in the Middle East. New York: Harper Perennial, 2003, p.25.

⁴Citado em LEWIS, Ibidem, p.130-1.

manterem-se, pelo menos, à frente do mundo muçulmano.

No aspecto político, a modernização otomana ao longo do século XIX teve um sentido de reforço da autoridade do sultão, uma vez que os intermediários tradicionais, cujo poder era limitado pela própria tradição e pelo reconhecimento social, tiveram seu espaço de atuação na política reduzido em favor do governo central, a única fonte da autoridade no império. Assim foram tomadas medidas como a extinção do Janízaros, um corpo militar que desfrutava de grande autonomia, sendo uma espécie de reserva do poder militar, e a criação de um sistema educacional sob controle governamental, independente da estrutura e da supervisão religiosa. Ao conjunto de reformas jurídicas e administrativas iniciadas na década de 1830 e continuadas até a promulgação da constituição de 1876, dá-se o nome de *Tanzimat* (Reorganização), uma tentativa de centralização administrativa que facilitou a concentração do poder nas mãos do sultão.

Ainda em relação às iniciativas modernizadoras convém destacar que a vinda de instrutores militares europeus, além da modernização técnica, facilitou a circulação das idéias européias no território otomano. Da mesma forma, o envio de cadetes turcos para academias militares européias, nas quais esses jovens, não apenas aprenderam as artes militares ao lado de seus colegas europeus, mas também tinham contato com a realidade e a visão de mundo dos ocidentais, certamente modificou a maneira desses futuros oficiais avaliarem o Império Otomano. Processo semelhante aconteceu com os jovens diplomatas enviados para as novas representações criadas na Europa. Foi entre esses jovens que, na década de 1860, teve origem um novo movimento com objetivos reformistas, o dos Jovens Otomanos⁵.

⁵Bernard Lewis observa que o uso do termo “jovens” é em si interessante, uma vez que “no Oriente Médio do século XIX isso era novo e estranho, [já que] a conotação de ‘jovem’ era inexperiente e imaturo e nenhum grupo teria pensado em organizar-se e lançar-se à ação com base em sua juventude. [...] é interessante que tanto os Jovens Otomanos como seus sucessores, os Jovens Turcos, evitaram usar a palavra turca para ‘jovem’ em sua denominação. Os Jovens Otomanos denominavam-se *Yeni*, que literalmente significa ‘novo’. Os Jovens Turcos denominam-se *Jöntürk*, simplesmente transliterando sua designação francesa”. Idem. *What Went Wrong?* op. cit. p. 58.

A militância dos Jovens Otomanos enfrentou uma resposta contraditória do sultão. Por um lado a repressão a qualquer forma de oposição e de ameaça à centralização: por outro, a modernização legislativa e a continuidade das reformas administrativas. Nesse ponto é importante destacar a pressão europeia sobre Istambul, no sentido de que os otomanos adotassem uma forma de governo mais próxima dos valores liberais da Europa. Nesse contexto foi promulgada a constituição otomana de 1876 e decidida a convocação de eleições parlamentares em março de 1877. O primeiro parlamento reuniu-se brevemente, sendo logo dissolvido pelo sultão com a convocação de novas eleições ainda em 1877. Apesar da curta duração das primeiras legislaturas, “os membros eleitos mostraram considerável vigor, e sem dúvida por essa razão em 14 de fevereiro de 1878, o sultão, exercendo a prerrogativa imperial, sumariamente encerrou as atividades do parlamento, que não se reuniu novamente por 30 anos”⁴.

A abertura da sociedade otomana para o mundo exterior também se manifestou no surgimento da imprensa em Istambul, com o desenvolvimento de um grupo de leitores e as primeiras manifestações de oposição ao regime, apesar da censura oficial. A edição e a tradução de livros europeus também foram sinais de abertura para as idéias vindas do Ocidente, que então se tornaram acessíveis a um público mais amplo. O sultão, por sua vez, procurou controlar o conteúdo ensinado nas escolas, restringindo a autonomia dos professores em sala de aula e estabelecendo um controle severo sobre os impressos aos que os alunos tinham acesso, com o objetivo de impedir a disseminação de idéias perigosas para o regime.

A introdução do telégrafo durante a Guerra da Criméia (1854-6) facilitou a transmissão de mensagens e a um só tempo acelerou a difusão das notícias e permitiu ao sultão um maior controle sobre seus subordinados provinciais. A criação de novas redes

⁴Ibidem, p.58-60.

de transporte e comunicação, de que é exemplo a ligação ferroviária entre Istambul e Viena, também facilitou um contato mais direto entre o Império Otomano e o Ocidente, aumentando a circulação de pessoas e de bens.

Finalmente, como observa Lewis:

O impacto do exemplo e das idéias ocidentais também trouxe novas definições de identidade e conseqüentemente novas lealdades e aspirações. Duas idéias foram especialmente importantes em uma cultura na qual a identidade era basicamente religiosa e a lealdade normalmente dinástica. A primeira foi o patriotismo, vindo da Europa Ocidental, particularmente da França e da Inglaterra, e partilhado pelas jovens elites otomanas, que viam no patriotismo otomano uma forma de unir a população heterogênea do império num amor comum à pátria expresso na lealdade comum a seu governante. A segunda, da Europa Central e Oriental, foi o nacionalismo, uma definição mais étnica e lingüística da identidade, cujo efeito na comunidade política otomana não foi de unir, mas de dividir e romper.⁷

Assim por um lado, a noção de uma pátria otomana justificava as reformas judiciais e o estabelecimento da igualdade entre os diferentes súditos do império sob o conceito de cidadania, acabando, por exemplo, com os privilégios tributários dos muçulmanos ou a isenção da prestação do serviço militar para os não-muçulmanos. Por outro lado, a perspectiva da existência de uma multiplicidade de nações sob jugo otomano e o desejo de autonomia política dessas nações tornou-se uma séria ameaça à existência do império e fonte persistente de tensão até a queda otomana.

Governo dos Jovens Turcos e modernização

⁷ Ibidem, p.47.

Em fins do século XIX, uma nova geração de dissidentes organizou-se para reivindicar a volta do parlamento e da vigência plena da constituição de 1876. Esse grupo, em grande medida herdeiro dos Jovens Otomanos, acabou conhecido como o dos Jovens Turcos e era composto por estudantes universitários, intelectuais e militares, tanto em território otomano, quanto no exílio.

Mantendo a defesa do patriotismo otomano, os Jovens Turcos adicionaram ao seu programa a inspiração positivista. Eric Hobsbawm observa que o positivismo exerceu um grande fascínio sobre elites modernizadoras em diversas partes do mundo. O autor explica essa identificação ao destacar que o positivismo “combinava uma fé cega na ciência e na modernização inevitável com o equivalente secular da religião, o progresso não democrático ('ordem e progresso', para citar o lema positivista) e um planejamento social de cima para baixo”⁸, elementos que se adaptavam ao programa de modernização otomano.

Um sinal da influência positivista pode ser apontado no jornal de oposição *Consulta*, publicado por exilados em Paris em 1895, que tinha como subtítulo o lema positivista *Ordem e Progresso*. Bernard Lewis sugere que “provavelmente sob essa influência positivista o grupo [de oposição] em Istambul trocou seu nome de *Ittihad-i Osmani*, União Otomana, para *Ittihad ve Terakki*, União e Progresso”⁹.

Essa coalizão oposicionista, denominada Comitê para a União e o Progresso articulou a chamada Revolução Turca de 1908, o movimento que forçou o sultão Abdülhamid II a restaurar o parlamento e a constituição suspensos, marcou a chegada dos Jovens Turcos aos poder e tornou os membros do comitê o grupo dominante na política otomana.

Neste ponto é interessante mencionar que os cadetes de fins do século XIX haviam chegado a posições intermediárias de comando na primeira década do XX, estabelecendo células revolucionárias dentro do exército. Diversos autores sustentam que diante da ausência de uma classe social revolucionária, coube ao

⁸HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 394.

⁹LEWIS, Bernard. The Emergence of Modern Turkey. op. cit. p. 198.

Neste ponto é interessante mencionar que os cadetes de fins do século XIX haviam chegado a posições intermediárias de comando na primeira década do XX, estabelecendo células revolucionárias dentro do exército. Diversos autores sustentam que diante da ausência de uma classe social revolucionária, coube ao exército exercer esse papel, com conseqüências permanentes para a política turca, uma vez que o exército se considera, até os dias atuais, o guardião da República da Turquia¹⁰.

Os Jovens Turcos, contudo, não compunham um grupo homogêneo, existindo uma divisão entre liberais, defensores da descentralização e de certo grau de autonomia para as minorias religiosas e nacionais; e nacionalistas, favoráveis à centralização e à hegemonia turca. Ao longo do período em que os Jovens Turcos estiveram à frente do governo a discussão quanto à base da identidade, se a religião muçulmana ou a nação turca se intensificou, com vantagem para a segunda alternativa.

Com relação às medidas modernizadoras, um aspecto importante foi a abolição dos passaportes internos, o que facilitou a circulação de pessoas no interior do império, aumentando a liberdade dos súditos, bem como uma grande alteração nas cidades, com a definição de nomes para as ruas e de números para as construções, o que permitiu maior eficiência nas comunicações. Por outro lado, em relação ao campo, os membros do Comitê para a União e o Progresso “continuaram a política do *Tanzimat* de fortalecer os senhores rurais criando leis que aumentavam seu controle sobre os camponeses”¹¹. Ou seja, a modernização e a melhoria das condições de vida da população esbarravam na resistência conservadora e na necessidade de apoio dos grandes senhores rurais por parte dos Jovens Turcos.

Eric Hobsbawm sugere que a Revolução Turca criou um quadro liberal-parlamentar inadequado para a realidade otomana e que a decisão dos Jovens

¹⁰Uma discussão sobre o assunto pode ser encontrada em: AHMAD, Feroz. *The Making of Modern Turkey*. New York: Routledge, 1993; especialmente no capítulo “Turkey, a military society?”.

¹¹AHMAD, Feroz. *The Making of Modern Turkey*. op.cit. p. 43.

Turcos pela manutenção da aliança com a Alemanha fez com que o Império Otomano estivesse entre os derrotados da Primeira Guerra Mundial, acelerando a queda do império, mas mantendo uma possibilidade de re-estruturação aberta.

De fato, em 1914 a Turquia desaparecera quase por completo da Europa, fora totalmente eliminada da África e conservava um império débil apenas no Oriente Médio, onde não sobreviveu à guerra mundial. Contudo, ao contrário da Pérsia e da China, a Turquia tinha uma alternativa potencial imediata ao império em processo de desintegração: uma grande população étnica e lingüisticamente muçulmana turca na Ásia Menor, que podia constituir a base de algo como uma 'nação-Estado' segundo o modelo ocidental aprovado do século XIX.¹²

Derrotado na Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano estava ameaçado de uma total fragmentação, inclusive com a perda de sua autonomia pela partilha da Anatólia e pela cessão de um mandato sobre a Turquia para a Inglaterra ou para os Estados Unidos. De fato, foi a desunião das potências européias, preocupadas com a preservação do equilíbrio de poder no Oriente Médio, que evitou a desintegração completa. Por fim é importante destacar que os turcos chegaram a uma aliança com os bolcheviques em 1920, o que protegeu ao menos uma das fronteiras, em um acordo com um rival tradicional, e garantiu uma nova fonte de suprimentos militares para as tropas da resistência turca.

Modernização republicana

Na década de 1910 era eminente a morte do “homem doente da Europa”, as tropas ocidentais avançavam em território otomano, os estreitos estavam ocupados e a ocupação pelos gregos de territórios de população turca, inclusive com a proposta de incorporação definitiva da Anatólia ocidental à Grécia. Nesse contexto de crise foi assinado o Tratado de Sèvres, em agosto de 1920, que previa a extinção do Império Otomano e a partilha de seu território, com a criação da Turquia com território reduzido e forças armadas limitadas. Apesar de aceito pelos representantes do sultão, o tratado foi rejeitado pelos nacionalistas, que desde

¹²HOBBSAWM, Eric. A Era dos Impérios. op cit. p. 393.

dezembro de 1919 estavam reunidos em um comitê Representativo em Ancara, no momento em que “um novo estado turco estava surgindo na Anatólia, liderado por homens que rejeitavam plenamente o tratado e os princípios que sustentavam, e condenavam como traidores aqueles turcos que o haviam aceito”¹³.

Definia-se então uma divisão na política turca entre os conservadores, que não viam outra escolha, exceto a preservação do sultanato, em um regime islâmico constitucional e o grupo ligado a Mustafa Kemal, que desejava garantir a entrada da Turquia, em condições de igualdade, no concerto das nações civilizadas. Os kemalistas davam voz a um sentimento de traição diante da pressa do sultão em assinar a paz, criticando a submissão ao Ocidente e acusando o sultão de ter tentado preservar seu poder a qualquer custo.

Ameaçado pelas críticas ao andamento das negociações com o Ocidente, o sultão havia dissolvido o parlamento (reunido em Istambul) em abril de 1920, como uma tentativa de desarticular os opositores. Tal medida, entretanto, teve pouco efeito, uma vez que na mesma época delegados eleitos no ano anterior reuniram-se em Ancara na autodenominada Grande Assembléia Nacional. A Assembléia concedeu-se atribuições legislativas e iniciou um conjunto de mudanças legais. Assim, em janeiro de 1921 foi promulgada a Lei das Organizações Fundamentais, a qual estabelecia que a Assembléia reunida em Ancara era a “única representante do povo e a detentora dos poderes legislativo e executivo”¹⁴.

Ao longo de 1921 e 1922 cresceram as tensões relativas ao poder do sultão e surgiu, entre os kemalistas a proposta de abolição do sultanato sem alteração do status do califa, que teria apenas o poder religioso, uma tentativa de compromisso com os conservadores. O debate chegou a uma solução em novembro de 1922, Mustafá Kemal, líder dos nacionalistas, afirmou em discurso na Assembléia: “Soberania e sultanato são tomados pela força e pelo vigor. Foi pela força que os filhos de Osman tomaram a soberania e o sultanato da nação turca; eles mantiveram essa usurpação por seis séculos.

¹³LEWIS, Bernard. *The Emergence of Modern Turkey*. op. cit. p. 247.

¹⁴Citado em LEWIS, *Ibidem*. p. 256.

Agora a nação turca se rebelou, pondo um fim a essa usurpação, e tomou a soberania e o sultanato em suas próprias mãos”¹⁵. Kemal deixava claro em seu discurso que a soberania residiria na nação turca e não no sultão, apresentado como um usurpador e, portanto, como um governante ilegítimo. Na seqüência do discurso, uma resolução foi aprovada declarando que “a forma de governo baseada na soberania de um indivíduo deixara de existir [...] e passara para sempre para à história”.

A extinção do sultanato foi uma ruptura com um dos mais importantes símbolos do Islã e uma aproximação simbólica com a identidade européia. Tanto os nacionalistas quanto os conservadores religiosos estavam cientes do impacto da medida, não apenas na Turquia, mas em todo o mundo islâmico. “Os *ulema* do Egito e da Índia consideraram que um califado puramente espiritual uma *bid'a* completamente sem precedentes”¹⁶. Convém lembrar que a *bid'a*, a inovação, especialmente religiosa, era vista com grande suspeição, uma vez que todo o conhecimento em termos religiosos já fora revelado. Assim, logo os turcos foram acusados do mais grave delito para um muçulmano, a apostasia.

Mas a inovação, a modernização e a revolução eram exatamente o que os turcos desejavam. Discursando em 1925, Mustafa Kemal afirmou que:

A Revolução Turca significa uma transformação mais ampla do que a palavra revolução que o sugere. [...] Ela significa a substituição de uma unidade política antiga, baseada na religião, por uma baseada em outro laço, o da nacionalidade. Essa nação agora aceitou o princípio de que o único meio de sobrevivência na arena internacional está na aceitação da civilização ocidental contemporânea. Essa nação aceitou também o princípio de que todas as suas leis devem estar baseadas apenas em terreno secular, em uma mentalidade secular quem aceita a regra da contínua mudança de acordo com o desenvolvimento e a mudança nas condições de vida.¹⁷

¹⁵Citado em LEWIS, Ibidem. p. 258.

¹⁶BERKES, Niyazi. The Development of Secularism in Turkey. New York: Routledge, 1998 [1st ed. 1963], p.452.

¹⁷Citado em BERKES, Ibidem, p.470.

No discurso citado, estão presente algumas das idéias recorrentes do fundador da República da Turquia, a defesa do nacionalismo turco, a crença no progresso e a idéia de que “os países variam, mas a civilização é uma só, e para que uma nação progrida, ela deve tomar parte nessa única civilização”¹⁸. A alternativa à modernização e às transformações era a estagnação e o domínio pelas potências estrangeiras. Nesse sentido um amplo programa de reformas foi implementado com alcance sobre os mais variados aspectos da vida turca, objetivando a transformação de Turquia, finalmente em uma nação moderna.

Assim a *sharia*, a lei islâmica foi abolida e a Turquia adotou uma adaptação do Código Civil Suíço, em 1926. Dentre as medidas que contrariavam os princípios da *sharia*, algumas se destacam como a permissão de casamento entre uma mulher muçulmana e um homem não-muçulmano e a possibilidade de mudança de religião, uma transformação imensa, considerando que a apostasia é punível com pena de morte na tradição muçulmana. No mesmo sentido em 1928 foram removidas da Constituição de 1924 as referências ao islã ou a outras religiões, a fim de que a legislação fosse inteiramente secular.

O secularismo turco representou um grande desafio à ortodoxia, uma vez que não existe no Islã o conceito de laico, nem uma distinção entre uma esfera jurídica civil e outra canônica. Todas as atividades humanas, em quaisquer de seus detalhes, estão dentro do escopo da lei religiosa. “Existe uma única lei, a *sharia*, aceita pelos muçulmanos como de origem divina e reguladora de todos os aspectos da vida humana: civil, comercial, criminal, constitucional”¹⁹.

O vestuário também foi alvo das reformas, sendo a abolição do *fez* e das diferentes coberturas para a cabeça, que serviam como sinal de diferença social e religiosa na antiga tradição otomana, a medida mais significativa. As mudanças no vestuário foram imediatamente atacadas pelos religiosos, que argumentavam que vestir-se como um infiel era estar a um passo de tornar-se um infiel, imitando não apenas suas roupas, mas seus hábitos e religião em geral.

¹⁸Discurso de Mustafa Kemal em 1924, citado em: LEWIS, The Emergence of Modern Turkey. op. cit., p. 292.

¹⁹LEWIS, Bernard. What Went Wrong? op. cit. p. 100.

Outra medida polêmica foi a tradução do Alcorão para o turco, o que, segundo os conservadores, afastaria os fiéis da mensagem revelada no original árabe. As primeiras traduções foram publicadas na década de 1920 e contaram inclusive com subvenção governamental. Em meio às discussões destaca-se a proposta de Rashid Ridda, um importante teólogo sírio, vivendo no Egito, de que a Turquia adotasse o árabe como língua nacional, em uma demonstração de fé.

A contagem do tempo também foi alvo de transformações. Assim, em 1926 os kemalistas definiram que o calendário gregoriano seria o oficial, adotado para todos as finalidades, em substituição à multiplicidade de calendários vigentes até então, destinados a fins específicos (religioso, fiscal, civil). Posteriormente foi definido que o marco para o início e o fim do dia seria a meia-noite, e não mais o entardecer, como tradicionalmente aceito.

Nem mesmo a cultura escrita permaneceu intocada. Considerando que o grande percentual de analfabetos era um sério obstáculo para a entrada turca no mundo civilizado e argumentando que o uso de caracteres árabes na escrita do turco dificultava o aprendizado e a expressão do idioma, o presidente Mustafá Kemal propôs, em 1928, a adoção do alfabeto latino²⁰. Seu objetivo era tornar a alfabetização mais simples e, por meio de uma grande campanha de ensino do novo sistema de escrita, expandir a alfabetização. Nesse sentido foram criadas em 1929 as “escolas nacionais” e todos os cidadãos foram conclamados a auxiliar na difusão do novo alfabeto entre a população. Ao mesmo tempo, havia uma motivação simbólica: a adoção da escrita do mundo civilizado e o rompimento de mais um laço com o passado otomano e com os povos árabes, de maneira geral, era mais um passo no caminho da civilização moderna.

²⁰A proposta turca tinha como precedente a mudança do alfabeto das línguas turcomanas nas repúblicas soviéticas, do árabe para o latino, em 1924. A experiência soviética não parou nessa primeira transição e, em fins da década de 1930 as repúblicas de fala turcomana adotaram o alfabeto cirílico. Cf. BERKES *The Development of Secularism in Turkey*, op.cit. p.474.

As iniciativas educacionais do governo turco eram como guia à noção de progresso científico, tão cara ao pensamento positivista. Segundo Mustafa Kemal “o guia na vida política, social e educacional [da Turquia] será a ciência. O progresso é muito difícil ou mesmo impossível para as nações que insistem em preservar suas tradições e crenças que não tenham base racional”²¹.

Todavia os professores enviados pelo governo para atuar nas aldeias no interior do país tiveram grandes dificuldades frente à resistência da cultura tradicional. O governo então decidiu pela criação de escolas específicas para a formação de professores originários das aldeias, que seriam os agentes da modernização no interior. Tal iniciativa, contudo, enfrentou a oposição das elites agrárias e dos conservadores, temerosos do impacto de tais medidas, especialmente do avanço de idéias de transformação social no campo. O governo acabou por recuar de sua proposta inicial, mas outro caminho de modernização permaneceu aberto, graças aos recrutas que retornavam às suas aldeias após o serviço militar, e gradualmente levaram as inovações da revolução para o campo. De qualquer forma, assim como nas reformas do século XIX, mais uma vez a população rural ficou marginalizada na modernização, com o progressivo distanciamento da cultura urbana, ocidentalizada, e da rural.

A ruptura com o passado otomano também fica marcada na transferência da capital para Ancara, ratificada constitucionalmente em outubro de 1923. Ainda que as razões de segurança (a proteção da capital, uma vez que os estreitos são uma região mais vulnerável), tenha um peso importante, pesaram na mudança fatores políticos e culturais, com a criação de uma nova capital para o novo Estado que estava surgindo. Também nesse caso houve uma dissociação entre a cultura da elite administrativa ocidentalizada da capital e o restante da população.

São ainda dignos de menção algumas medidas tomadas em 1934, como a

²¹Discurso de 1922, citado em BERKES, *Ibidem*, p. 466.

São ainda dignos de menção algumas medidas tomadas em 1934, como a secularização da mesquita de Santa Sofia, transformada em um museu; a abolição dos títulos honoríficos otomanos e “a proibição da transmissão, pelas rádios turcas, de música oriental, para que a população turca pudesse se habituar a música ocidental”²².

Os menores avanços dos revolucionários se deram em relação às mulheres, uma vez que esse era o maior ponto da resistência conservadora, mas mesmo assim alguns aspectos são dignos de nota. Em 1929 foi organizado o primeiro concurso de Miss Turquia; inclusive, em 1932, a Miss Turquia daquele ano foi eleita Miss Universo. Um dado interessante é que em 1952, a Miss Europa foi a candidata representante da Turquia; um sinal, tanto pela simples presença, quanto pela vitória num concurso que avalia um suposto padrão de beleza europeu, da integração turca à Europa. É curioso observar que um concurso de beleza, que em grande medida valoriza apenas a beleza feminina, tem uma dimensão política muito grande em um país muçulmano. Aliás, as fotos da Miss Europa 1952 em trajes pouco adequados para os padrões dos religiosos tradicionalistas seria alvo de oposição em diversos países islâmicos atualmente e deve ter sido motivo de grande escândalo na época. Por sua vez, a militância feminina por igualdade de direitos conquistou progressivamente o direito ao voto; em 1930 do de voto nas eleições municipais e em 1934 dos direitos políticos em igualdade com os homens, com a eleição, no ano seguinte, de 17 mulheres para o parlamento.

Desafios da Modernidade na Turquia Contemporânea

O processo de modernização turco não se esgota no período aqui mencionado, se estendendo até os dias atuais, com as reformas de liberalização econômica, as reformas para ampliação da democracia e respeito aos direitos humanos nas décadas recentes. Por sua vez, os esforços modernizantes e secularizantes enfrentam uma reação religiosa, tanto interna quanto externa, que

²²LUKE, Harry. *The Old Turkey and the New: From Byzantium to Ankara*. London: Geoffrey Bles, 1955.p. 207

secularizantes enfrentam uma reação religiosa, tanto interna quanto externa, que acusam o abandono pelos governantes turcos dos valores religiosos elementares, necessários para a obediência de um súdito, sem os quais o fiel muçulmano não está obrigado a respeitar o governante ímpio, e teria mesmo o dever de derrubá-lo.

Ao mesmo tempo, caso o governo permaneça fiel às instituições democráticas, deve respeitar as decisões eleitorais e eventuais vitórias de religiosos. “Nisso, é claro, os democratas estão em desvantagem. Sua ideologia requer que, mesmo quando no poder, dêem liberdade e direitos à oposição islamita. Os islamitas, quando no poder, não estão submetidos a tal obrigação. Ao contrário, seus princípios requerem que comprimam o que vêem como atividades ímpias e subversivas”²³.

As recentes eleições turcas, com a nova vitória do Partido da Justiça e do Desenvolvimento (AKP), um partido conservador vinculado a líderes religiosos, embora nominalmente comprometido com os valores seculares, demonstra que boa parte da população turca não se importou com a perspectiva de, pela primeira vez na história republicana, ter uma primeira-dama que use o véu islâmico, apesar dos grandes protestos de organizações da sociedade civil contra o que consideravam uma ameaça aos valores da Turquia moderna.

²³LEWIS, Bernard. A Crise do Islã: guerra santa e terror profano. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004, p. 139.

Referências bibliográficas

AHMAD, Feroz. *The Making of Modern Turkey*. New York: Routledge, 1993.

BERKES, Niyazi. *The Development of Secularism in Turkey*. New York: Routledge, 1998 [1st ed. 1963].

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988 [7^a ed., 2002].

LEWIS, Bernard. *A Crise do Islã: guerra santa e terror profano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. *The Emergence of Modern Turkey*. 3rd ed. New York: Oxford University Press, 2002.

_____. *What went wrong?: The Clash Between Islam and Modernity in the Middle East*. New York: Harper Perennial, 2003.

LUKE, Harry. *The Old Turkey and the New: From Byzantium to Ankara*. London: Geoffrey Bles, 1955.